



| | |
|--|--|
| | GOVERNADOR Cláudio Bomfim de Castro e Silva |
| ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO | |
| SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL <i>Nicola Moreira Miccione</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DO GABINETE DO GOVERNADOR <i>Rodrigo Ratkus Abel</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO <i>Rodrigo da Silva Baellar</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO <i>José Luis Cardoso Zamith</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA <i>Nelson Rocha</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS <i>Vinicius Medeiros Farah</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS <i>Max Rodrigues Lemos</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR Cel. PM Luiz Henrique Marinho Pires | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL <i>Allan Turnowski</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA <i>Fernando da Silva Veloso</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL Cel. BM Leandro Sampaio Monteiro | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE <i>Alexandre Otavio Chieppe</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO <i>Alexandre Valle Cardoso</i> | |
| SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO <i>Sérgio Luiz Costa Azevedo Filho</i> | |

| |
|---|
| SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES <i>Rogério Teixeira Junior</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE <i>Thiago Pampolha Gonçalves</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO <i>Marcelo Andre Cid Heraclito do Porto Queiroz</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA <i>Danielle Christian Ribeiro Barros</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Matheus Quintal de Sousa Ribeiro</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE <i>Gutemberg de Paula Fonseca</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO <i>Gustavo Reis Ferreira</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES <i>Uruan Cintra de Andrade</i> |
| CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO <i>Jurandir Lemos Filho</i> |
| GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO <i>Marcelo Cordeiro Bertolucci</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA <i>Patrique Welber Atela de Faria</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL <i>Antonio Ferreira Pedregal Filho</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA À VÍTIMA <i>Tatiana Ribeiro Queiroz de Oliveira</i> |
| SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA <i>André Luís Dantas Ferreira</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA <i>Sérgio Zveiter</i> |
| SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR <i>Leonardo Vieira Mendes</i> |
| PROCURADORIA GERAL DO ESTADO <i>Bruno Dubeux</i> |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Atos do Poder Legislativo..... | 1 |
| Atos do Poder Executivo..... | 2 |
| Gabinete do Governador..... | 2 |
| Governadoria do Estado..... | 2 |
| Gabinete do Vice-Governador..... | 2 |
| Vice-Governadoria do Estado..... | 2 |
| ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado) | |
| Casa Civil..... | 3 |
| Gabinete do Governador..... | 3 |
| Governo..... | 3 |
| Planejamento e Gestão..... | 3 |
| Fazenda..... | 4 |
| Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais..... | 6 |
| Infraestrutura e Obras..... | 9 |
| Polícia Militar..... | 9 |
| Polícia Civil..... | 14 |
| Administração Penitenciária..... | 14 |
| Defesa Civil..... | 14 |
| Saúde..... | 14 |
| Educação..... | 15 |
| Ciência, Tecnologia e Inovação..... | 18 |
| Transportes..... | 20 |
| Ambiente e Sustentabilidade..... | 20 |
| Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento..... | 21 |
| Cultura e Economia Criativa..... | 22 |
| Desenvolvimento Social e Direitos Humanos..... | 24 |
| Esporte, Lazer e Juventude..... | 24 |
| Turismo..... | 24 |
| Cidades..... | 25 |
| Controladoria Geral do Estado..... | 25 |
| Gabinete de Segurança Institucional do Governo..... | 25 |
| Trabalho e Renda..... | 25 |
| Envelhecimento Saudável..... | 25 |
| Assistência à Vítima..... | 25 |
| Extraordinária de Representação do Governo em Brasília..... | 25 |
| Justiça..... | 25 |
| Defesa do Consumidor..... | 25 |
| Procuradoria Geral do Estado..... | 25 |
| AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO..... | 26 |
| REPARTIÇÕES FEDERAIS..... | 26 |

GOVERNO DO ESTADO

www.rj.gov.br

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Ofício GG/PL Nº 307 Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2021

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento 08 de outubro de 2021, do Ofício nº 371 -M, de 07 de outubro de 2021, referente Projeto de Lei nº 1205-A de 2019 de autoria dos Deputados Martha Rocha, Alana Passos e Subtenente Bernardo que, "FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A INSTITUIR A CONTRATAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA DE VOLUNTÁRIOS APOSENTADOS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

Ao restituir a segunda via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência que **vetei integralmente** o referido projeto, consoante as razões em anexo.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e nímio apreço.

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado **André Ceciliano**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1205-A/2019, DE AUTORIA DOS SENHORES DEPUTADOS MARTHA ROCHA, ALANA PASSOS, SUBTENENTE BERNARDO, QUE DISPÕE QUE "FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A INSTITUIR A CONTRATAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA DE VOLUNTÁRIOS APOSENTADOS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"

Ainda que elogiáveis os propósitos que inspiraram o projeto, não posso acolhê-lo com a sanção.

Ao dispor sobre a possibilidade de contratação especial temporária de voluntários aposentados na área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, a proposta, de iniciativa parlamentar, desconsiderou a competência privativa do Governador do Estado para iniciar o processo legislativo acerca de leis que disponham sobre "criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração", bem como "servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade" (art. 112, §1º, II, "a" e "b", da Constituição Estadual).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro possui entendimento jurisprudencial no sentido da iniciativa do Chefe do Poder Executivo para tratar dos temas afetos aos servidores públicos:

"Direito Constitucional. Representação de Inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 2.598/2015. A norma impugnada autoriza o Poder Executivo a proceder à alteração pertinente na legislação municipal, que define a gratificação aos Guardas Municipais de Barra do Pirai, e dá outras providências. Alegação de inconstitucionalidade, uma vez que teria usurpado a competência do Chefe do Poder Executivo ao dispor sobre remuneração dos Guardas Municipais. A norma teria contrariado o princípio da separação de Poderes, previsto no art. 7º da Carta Estadual, haja vista que o Poder Legislativo expediu ordem direta ao Po-

der Executivo. A Lei deveria ser fruto de um projeto enviado pela Chefia do Poder Executivo. O artigo 112, § 1º, inciso II, alínea a, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro estabelece que compete à Chefia do Poder Executivo a iniciativa de leis que versem sobre a remuneração dos servidores públicos. "É inconstitucional a lei que, de iniciativa parlamentar, conceda ou autorize conceder vantagem pecuniária a certa classe de servidores públicos" (ADI 3176, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, j. em 30/06/2011.) Procedência da representação para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 2.598/2015 do Município de Barra do Pirai." Direta de Inconstitucionalidade - Des. Nagib Slaibi Filho - Julgamento: 29/10/2018 - OE - Secretaria do Tribunal Pleno e Órgão Especial.

Neste sentido, a especificação de condições de atuação do Executivo, em substituição ao seu juízo de oportunidade e de conveniência, importa na subversão da função primária da lei, exorbitando, em consequência, os limites do válido exercício de prerrogativas institucionais da atuação legislativa, em descompasso evidente com o princípio da divisão funcional do poder, cuja previsão está no art. 7º da Carta Estadual.

Em reforço aos argumentos acima, insta consignar que se encontra vigente a Lei nº 5271, de 25 de junho de 2008, de autoria do Poder Executivo, que instituiu, no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, a prestação de tarefa por tempo certo, a ser desempenhada pelos militares das respectivas Corporações, que se encontram na inatividade.

Por tudo isso, não me restou outra escolha senão apor veto total ao Projeto de Lei ora encaminhado à deliberação dessa Egrégia Casa Parlamentar.

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2351173

LEI Nº 9446 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2021

ALTERA A LEI Nº 9.025, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020, QUE INSTITUIU O REGIME DIFERENCIADO DE TRIBUTAÇÃO PARA O SETOR ATACADISTA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 6º da Lei Estadual nº 9.025, de 25 de setembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O estabelecimento comercial atacadista enquadrado no regime de tributação de que trata esta Lei, fica eleito como contribuinte substituído das mercadorias adquiridas sujeitas ao regime de substituição tributária.

Parágrafo único. O imposto devido por substituição tributária pelo contribuinte comercial atacadista será calculado mediante:

I - a aplicação das alíquotas previstas no art. 5º no caso das mercadorias previstas no Anexo Único desta lei.

II - a aplicação das alíquotas previstas no art. 14 da Lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996, acrescida do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - FECP -, instituído pela Lei nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002, nos demais casos."

Art. 2º - O anexo único da Lei Estadual nº 9.025, de 25 de setembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

| Item da Lista de Mercadorias Sujeitas à Substituição Tributária | Descrição da Mercadoria |
|---|--|
| Itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.12, 1.13, 1.14 e 1.15 | Água mineral, bebidas hidroeletrólíticas e bebidas energéticas |
| 5 | Aparelhos de barbear; lâminas de barbear |
| 6 | Lâmpadas, reatores e "starter" |
| 10 | Medicamentos e outros produtos farmacêuticos, para uso veterinário |
| 11 | Rações para animais domésticos |
| 12 | Sorvetes e preparados para fabricação de sorvetes em máquinas |
| 13 | Tintas e vernizes |
| 16 | Aparelho celular |
| 18 | Ferramentas |
| 19 | Papelaria |
| 20 | Produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos |
| 22 | Materiais de Limpeza |
| 23 | Produtos Alimentícios |
| 24 | Materiais de construção e congêneres |
| 25 | Máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos |
| 26 | Materiais elétricos |
| 27 | Artefatos de uso doméstico |
| 28 | Cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de tocador |
| 29 | Bebidas alcoólicas, exceto cerveja e chope. |

Art. 3º - Para o cumprimento do disposto nesta Lei, deverá ser apresentado estudo de impacto financeiro-orçamentário, em observância ao artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como ao artigo 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º - O disposto na presente lei aplica-se para estabelecimentos instalados no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2021

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Projeto de Lei nº 4819/2021
Autoria do Deputado: Márcio Pacheco.

Id: 2351170

LEI Nº 9.447 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARTICIPAR DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO EM REGIME DE GESTÃO ASSOCIADA, NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a participar de consórcios públicos, constituídos ou que venha a se constituir na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, cujo objetivo seja a execução de ações e políticas públicas de saúde, em regime de gestão associada na forma do art. 241, da Constituição Federal, observando o disposto nos respectivos contratos de constituição e/ou Protocolo de Intenções.